

## **OTT-RJ: uma cartografia social da violência urbana carioca**

*Iris de Macedo Rosa\**

**RESUMO:** Este trabalho busca analisar os impactos sociais do aplicativo de mobilidade urbana *Onde Tem Tiroteio* – Rio de Janeiro (OTT-RJ). O aplicativo apresenta-se como uma “catografia social da violência” que envia alertas sobre os pontos onde há violência urbana em tempo real a partir de alertas enviados pelos usuários a fim de que a população evite tais localidades. Deste modo, a partir de uma análise primordialmente qualitativa, pretende-se olhar para o aplicativo enquanto dispositivo de controle e vigilância que produz subjetividades acerca do crime e do território que modula o espaço urbano e incide na produção da cidade.

**Palavras-chave:** Violência urbana. Tecnologia. Vigilância. Cidade.

DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v4i10.138>

Recebido em 9 de julho de 2020.

Aprovado em 01 de setembro de 2021

---

\* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3492-3335> - CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8045396603942311>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de reflexões produzidas no âmbito do doutorado no Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com financiamento da CAPES. A pesquisa em curso pretende um estudo de caso do aplicativo *Onde Tem Tiroteio* – Rio de Janeiro (OTT-RJ). Busca-se compreender de que modo o aplicativo de mobilidade incide nos fenômenos que atravessam o crime e a violência urbana na cidade do Rio de Janeiro.

Nas últimas décadas a região metropolitana do Rio de Janeiro vem passando por processos ligados à violência urbana que incidem na sociabilidade fluminense, de modo a impactar a forma como a população entende e circula pelo território, cria estigmas, demanda e legitima políticas públicas. O aplicativo *Onde Tem Tiroteio* – RJ surge com “a missão de salvar os cidadãos de balas perdidas, arrastões e falsas blitz que atormentam o Brasil” (OTT-RJ, 2020). Este trabalho busca compreender de que modo um aplicativo de mobilidade que envia alertas georreferenciados, aqui entendido como um dispositivo de vigilância, incide nas representações acerca da violência, do território e em última instância na necropolítica carioca.

O que se entende como crime e violência urbana no Rio de Janeiro está ligado à representação social de atos contra a propriedade privada e ameaças à integridade física. Há duas perspectivas que buscam explicar a expansão da violência urbana no Rio de Janeiro durante a década de 1970. A primeira, proposta pelo aparato policial civil e militar e apoiada por políticos, setores da mídia e parte das classes média e alta carioca, clamava por ordem, segurança e pela disciplinarização das “classes perigosas”<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> No Brasil, a identificação das classes populares como “classes perigosas” pelo aparato repressivo e policial tem suas origens na criminalização do movimento operário e sindical do início do século (PINHEIRO,

Segundo estes, a conjuntura carioca não admitia políticas de direitos humanos ou respeito aos direitos civis dos moradores nos territórios conflagrados. (LEITE, 2000). A segunda perspectiva, proposta por intelectuais e setores politizados, acredita que o aumento da criminalidade está ligado à incompletude do processo de constituição do assalariamento no Brasil, onde o desenvolvimento da regulação do trabalho foi seletiva e a cidadania não foi universalizada, incorporando o crime à lógica econômica da cidade e de sobrevivência para classes populares (MACHADO DA SILVA, 1993. MISSE, 1997). Esse processo de exclusão da cidadania provocou ainda uma ocupação diferenciada da cidade com formação de enormes áreas de periferia e exclusão.

Ao longo das décadas a cidade do Rio de Janeiro passou por processos e fenômenos ligados à divisão territorial da cidade. Passando pela formação de quilombos e favelas, remoções, políticas de habitação e construção de enclaves fortificados (CALDEIRA, 1997), criaram-se fronteiras e zonas pela cidade que modificam a circulação pelo território. Na era da informação em tempo real, a tecnologia opera como um mecanismo de controle que possibilita a vigilância sobre a cidade. O *Onde Tem Tiroteio* – RJ (OTT-RJ) é um aplicativo de mobilidade urbana que orienta a circulação pela cidade do Rio de Janeiro a partir de uma cartografia social da violência urbana.

O OTT – RJ envia alertas georreferenciados de áreas da cidade a partir das categorias “tiroteios”, “disparos”, “arrastões”, “carros na contramão”, “operações policiais”, “perseguições policiais”, “manifestações”, “alagamentos”, “roubo de carga” e “toques de recolher”. O aplicativo fomenta uma cidadania vigilante que deve servir ao uso personalizado e soluções individuais de prevenção e segurança. Providos do mapa gerado pelo

1981). Na mesma época, construía-se uma imagem negativa da favela, como *locus* da pobreza e da marginalidade, em que a degradação moral se combinava à sanitária no discurso higienista (VALADARES, 1998).

aplicativo, os usuários monitoram as áreas por onde transitam e fazem escolhas de trajetos mais seguros, moradia, investimento etc. Os alertas guiam os cidadãos pelos bairros da cidade, alertando sobre zonas e áreas que devem ser evitadas, parto da hipótese de que este movimento promove a segregação de determinados bairros da cidade e estigmatiza a população que nele habita.

Este trabalho pretende investigar de qual modo o aplicativo OTT-RJ incide na construção de representações acerca da violência urbana a partir de práticas de vigilância. Para que a investigação tenha um olhar amplo, pretende-se fazer uso de métodos qualitativos em interlocução com dados quantitativos. São utilizados métodos qualitativos que envolvem revisão bibliográfica, etnografia digital e análise de discurso. A análise qualitativa parte das orientações e interações que ocorreram no OTT-RJ em 2020, de reportagens jornalísticas a respeito aplicativo e das narrativas produzidas pelos usuários decorrentes dos alertas transmitidos pelo OTT-RJ, a fim de investigar se há reverberação da fala do crime (CALDEIRA, 2000), característica da metáfora da guerra (LEITE, 2012). São apresentados dados quantitativos pertinentes às temáticas aqui trabalhadas.

## 2. DO OTT

“*Evitem todas as imediações.*” (OTT-RJ, 2020)

A internet tem sido cada vez mais entendida como a infraestrutura tácita que favorece as plataformas sobre as quais falamos com mais frequência – redes sociais

---

2 O dado é do relatório *Estado de Serviços Móveis*, elaborado pela consultoria especializada em dados sobre aplicativos para dispositivos móveis *App Annie*. *PRNewsWire*. Relatório da *Adjust* e do *App Annie* revelam: Aplicativos de mobile banking são líderes em fidelidade de usuários. Disponível em: [https://exame.com/negocios/releases/relatorio-da-adjust-e-do-app-annie-revelam-aplicativos-de-mobile-](https://exame.com/negocios/releases/relatorio-da-adjust-e-do-app-annie-revelam-aplicativos-de-mobile-banking-sao-lideres-em-fidelidade-de-usuarios/)

específicas ou aplicativos que são relevantes para elas por alguma razão. A *web* permeia completamente aspectos centrais da vida cotidiana para grande parte da população. A cotidianidade da internet reforça a tendência dessa ferramenta e das plataformas individuais *online* em serem tratadas como infraestruturas não percebidas na maior parte do tempo e apenas raramente tematizadas em discussão específica (HINE, 2015).

Em 2018, brasileiros passaram mais de três horas por dia usando o celular, essa média colocou o país em 5º lugar no ranking global de tempo dispendido com o aparelho<sup>2</sup>. De acordo com o relatório móvel global, o *Mobile Globe Report*, os usuários têm passado mais tempo conectados à internet a partir dos seus celulares, do que em outros tipos de mídias.<sup>3</sup> O celular é usado por mais de **67% da população**, o que representa cerca de dois terços do mundo, com mais de 5,2 bilhões de pessoas. A pesquisa demonstrou que a média do tempo dedicado ao celular é de **30 a 40 horas semanais** e as conexões a partir de *smartphones* teve um aumento de 6,20% em 2019, comparado a 2018.

Utilizamos a internet como seres socialmente situados, sujeitos a várias limitações de nossas ações, e reagindo com emoções conforme forjamos uma perspectiva individualizada sobre a internet, atribuindo significado às atividades *online* que geram materialidade no mundo social. Diversos autores apontam a capacidade de orientar, modificar ou modular o comportamento do usuário que utiliza uma tecnologia como o objetivo final (BRUNO, 2013; PASQUELE, 2014; ROUVROY, 2015; SILVEIRA, 2016). Para Lazzarato (2006), as sociedades de controle “se investem da memória mental, mais do que da memória corporal” (p. 84). O autor entende a modulação como “diagrama

[banking-sao-lideres-em-fidelidade-de-usuarios/](https://www.exame.com/negocios/releases/relatorio-da-adjust-e-do-app-annie-revelam-aplicativos-de-mobile-banking-sao-lideres-em-fidelidade-de-usuarios/). Acesso em: 10 Set. 2020.

3 IPM. Uso de aplicativos mobile cresce entre brasileiros com popularização dos smartphones. Disponível em: <https://www.ipm.com.br/blog/uso-de-aplicativos-mobile-cresce-entre-brasileiros-com-popularizacao-dos-smartphones/>. Acesso em: 10 Set. 2020.

da flexibilidade da produção e da subjetividade” (p. 73). Ele a vê como um exercício de poder que também se ocupa dos corpos, mas é principalmente a dimensão incorporal que está em jogo. Nesse contexto, o medo da punição é substituído por dispositivos de modulação de condutas onde as tecnologias caminham junto à sensação de conforto, resolvem problemas, melhoram a experiência do usuário, “não geram medo, mas afeto” (SILVEIRA, 2016, p. 83). A seguir, apresento o aplicativo *Onde Tem Tiroteio* – RJ.

Figura 1. Site do Grupo OTT Brasil



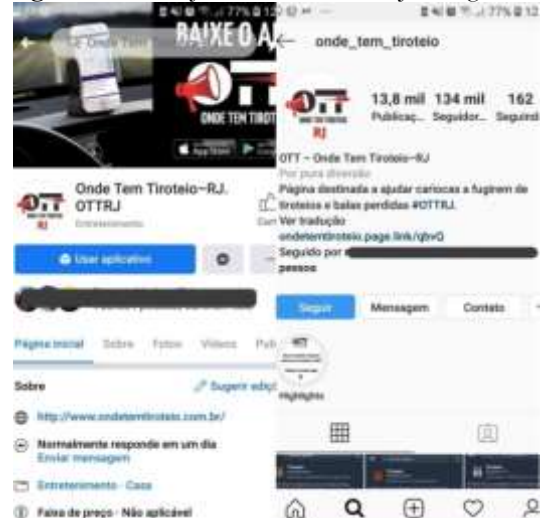
Fonte: OTT Brasil, 2020.

Criado por Benito Quintanilha, petroleiro de 41 anos, o OTT – RJ<sup>4</sup> opera desde 2015, e surge com “a missão de salvar os cidadãos de balas perdidas, arrastões e falsas blitz que atormentam o Brasil” (OTT, 2018)<sup>5</sup>. Sua descrição na loja de aplicativos da *Apple* afirma: “Temos como objetivo principal ajudar as pessoas a andarem nas cidades brasileiras com segurança, tirando-as das rotas de conflitos armados.” São acionadas palavras de ordem que compõe a subjetividade do “cidadão”, aquele sujeito que está respaldado pela lei, detentor de direitos, aquele que deve ter sua vida e seus bens protegidos, que merece circular em segurança.

<sup>4</sup> Atualmente opera nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

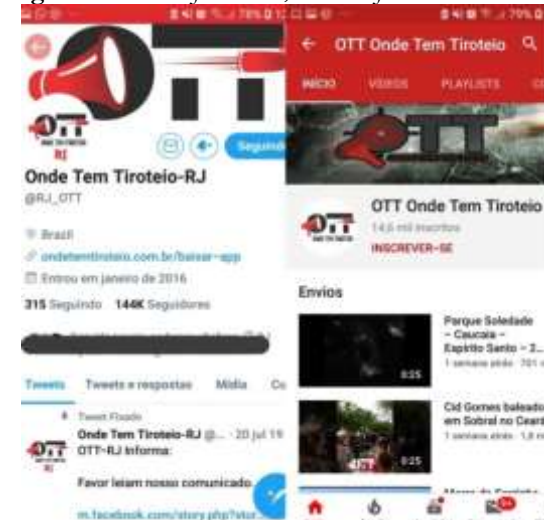
<sup>5</sup> Disponível em <<https://www.ondetemtiroteio.com.br/>> acesso em outubro de 2020.

Figura 2. OTT-RJ Facebook; OTT-RJ Instagram



Fonte: OTT-RJ, 2020

Figura 3. OTT-RJ Twitter; OTT-RJ YouTube



Fonte: OTT-RJ, 2020

Presente inicialmente nas redes sociais<sup>6</sup>, o aplicativo *Onde Tem Tiroteio* - RJ possui mais de 500 mil *downloads* na *Play Store*<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Os alertas inicialmente eram divulgados no *Facebook*, hoje estão também no *Twitter*, *Instagram* e *YouTube*, conectando 4,7 milhões de usuários (OTT-RJ, 2020).

<sup>7</sup> Desenvolvido e operado pela Google, a *Play Store* é a loja oficial de aplicativos para o sistema operacional Android.

Seus serviços são “alertas” de pontos onde há registro de “disparos”, “tiroteio”, “arrastão”, “carros na contramão”, “operação policial”, “perseguição policial”, “manifestação”, “alagamento”, “incêndio” “roubo de carga” e “toque de recolher”. Observa-se que as categorias de alertas estão no escopo de atos contra a propriedade privada e/ou ameaça à integridade física, compondo aquilo que é representado como violência urbana.

Figura 4. Envio de alertas



Fonte: OTT-RJ, 2020.

Os alertas são enviados pelos próprios usuários através do aplicativo e são divulgados pelo OTT-RJ, após a equipe confirmar com a sua rede de apoio espalhada pela cidade a veracidade da informação. Após a divulgação do alerta, os usuários podem

8 “OTT, o aplicativo que envia alertas sobre tiroteios no Rio de Janeiro”. Disponível em

“confirmar” ou “não” o alerta, como mostra a figura 4 a seguir.

Figura 5. Alertas OTT-RJ



Fonte: OTT-RJ, 2020.

Em entrevista ao canal EFE Brasil<sup>8</sup> no *YouTube*, Benito Quintalhina comentou:

As pessoas mandam pra gente o alerta de tiro... ‘ô tá tendo tiro aqui no Morro da Pedreira’ por exemplo... que é muito comum. E nós temos um grupo de confirmação, pessoas de extrema confiança que sempre participam ativamente do OTT ‘ô tá tendo tiro aqui, tá tendo tiro ali’. (2017)

Aqui se destaca a participação do usuário como vigilante no OTT-RJ. Especialmente na *Internet*, a participação deve ser entendida como o princípio mesmo da cultura digital, se consolidando como um dos modelos privilegiados de ação, sociabilidade, comunicação, produção e distribuição de

<[https://www.youtube.com/watch?v=Jz\\_v5DtQxk8](https://www.youtube.com/watch?v=Jz_v5DtQxk8)> acesso em fevereiro de 2018.

conteúdos (BRUNO, 2013). A Internet convoca usuários a monitorarem espaços urbanos de modo a informarem ou serem informados - incidentes, crimes, situações ou indivíduos suspeitos. A participação, a atenção e a percepção do usuário são nestes casos mobilizadas para o exercício colaborativo da vigilância. Fomenta-se uma cidadania vigilante e que deve servir ao uso personalizado e soluções individuais de prevenção e segurança. Providos do mapa gerado pelo aplicativo, os indivíduos monitoram as áreas por onde transitam, escolhem trajetos seguros, moradia, investimento, lazer etc.

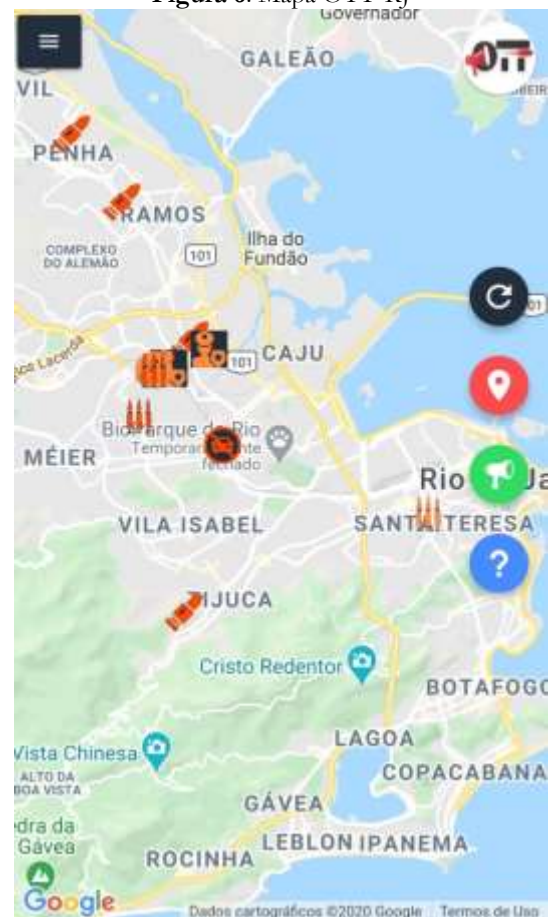
Segundo Bruno (2013) um ideal de transparência perpassa essas práticas, que encontram equivalentes em outros domínios, desde os vigilantes comunitários até os programas televisivos que conclamam a participação de espectadores na solução de crimes. A suposição deste ideal de transparência participativa é a de que o olhar e a vigilância de indivíduos comuns possibilitariam uma representação autêntica do estado do mundo, da cidade, da sociedade, pois seriam desprovidos dos filtros e interesses presentes nos olhares das autoridades, instituições ou *experts*. Entretanto, esta transparência reivindicada pela vigilância participativa, em vez de criar processos de visibilidade alternativos, acaba por reiterar princípios que reproduzem a lógica da suspeita, da delação e do medo que está presente nos discursos punitivistas e políticas racistas.

Sabe-se que o discurso da violência organiza as estratégias cotidianas de proteção e reação que tolhem os movimentos das pessoas e restringem seu universo de interações (CALDEIRA, 2000). Importa registrar que o OTT-RJ oferece um serviço personalizado de alertas e *feeds* que enviam notificações aos usuários, nas áreas por estes escolhidas 24 horas por dia, 7 dias por semana. A intensa repetição da fala e de códigos que remetem a violência corroboram sensações de perigo, insegurança e

perturbação das pessoas, gerando ainda o anseio punitivista. Assim, a fala do crime (CADLEIRA, 2000) presente no OTT-RJ amplia a percepção acerca da violência.

Os alertas são referenciados a partir do *Google Maps*<sup>9</sup> de modo que a população evite tais localidades, como demonstrado na figura 5:

Figura 6. Mapa OTT-RJ



Fonte: OTT-RJ, 2020.

“Apoiando o cidadão a escapar das zonas de confronto.” (OTT-RJ, 2020)

Historicamente, mapas são decisivos na arte da guerra e das conquistas territoriais, demarcando e materializando fronteiras espaciais e principalmente sociais. O mapa e a perspectiva cartográfica como dispositivos de controle e vigilância do território não se restringem ao domínio

fornecido e desenvolvido pela empresa estadunidense Google.

<sup>9</sup> Google Maps é um serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite da Terra gratuito na web

visual. A cartografia possibilita representar as tensões, conflitos e interações do mundo social. Ao representar os alertas em formato de mapa, o OTT-RJ produz subjetividade acerca do território, construindo fronteiras que orientam a vida de seus usuários.

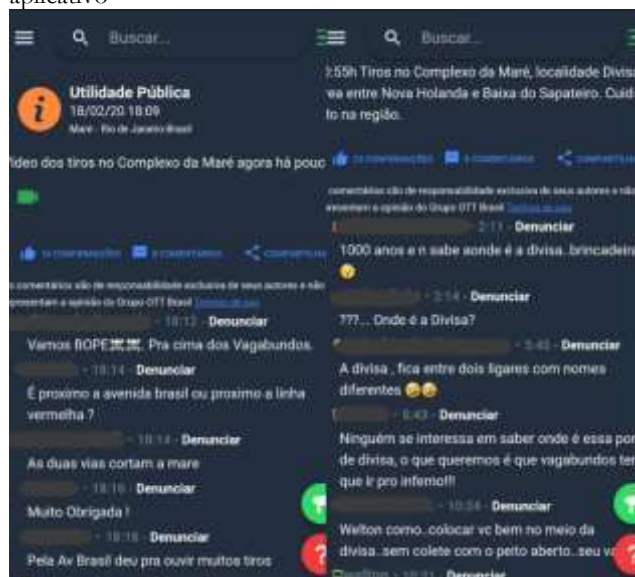
Ainda em 1968, Fanon (2005) caracterizou o que seria a espoliação dos corpos e do território através de demarcações de fronteiras, mapeamentos, proibição de acessos a certas zonas, a invenção de uma estrutura destruindo outra, tanto no sentido físico como nos códigos de conduta e ideia de posse, de pertencimento. A gestão da morte, que opera a cidade como um campo de guerra, promove uma racionalidade que se efetiva pela territorialização dos mecanismos de controle e seus modos de operar.

A literatura aponta que espaços vinculados à violência e a uma alteridade radical em relação à cidade e à sociedade são construídos na percepção social como “margens” (DAS & POOLE, 2004) da cidade, enquanto território da violência e de uma sociabilidade avessa às normas e valores dominantes (LEITE, 2012). Ao analisar a figura 5, percebe-se uma incidência de alertas em áreas de favela, termo que, desde o início da década de 1990, engloba diversos territórios como: conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares, bairros periféricos, entre outros. O termo não se refere apenas à precariedade de equipamentos urbanos ou a estatutos de propriedade da terra/moradia específicos, mas, sobretudo identifica-os pelo estigma da marginalidade, desordem e violência que os atravessa e de igual modo, àqueles que ali habitam. Caldeira (2000, p. 79) afirma que “o crime e os criminosos são associados aos espaços que supostamente lhes dão origem, isto é, as favelas e os cortiços, vistos como os principais espaços do crime”.

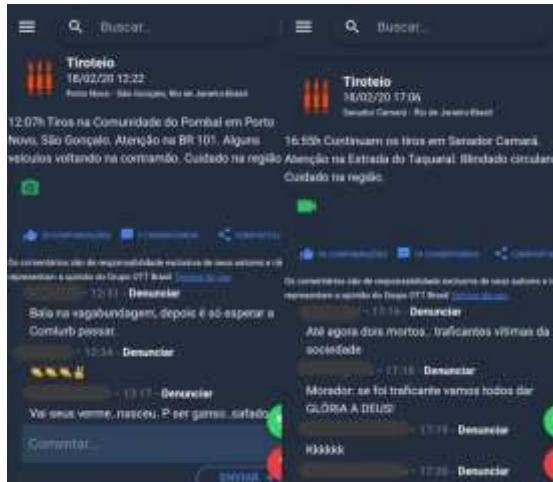
Cabe dizer ainda que incursões policiais ocorrem majoritariamente em áreas de favelas. Tais incursões atuam seguindo a metáfora da guerra que implica em confrontos armados entre agentes do estado, grupos paramilitares e crime organizado. Assim sendo, territórios favelados

constantemente aparecem nos alertas produzidos pelo OTT-RJ e sua comunidade. Esse movimento retroalimenta a percepção do senso comum de que periferias e favelas são territórios de crime e violência assim como seus habitantes. A literatura (BOITEUX & LEMGRUBER, 2012) já demonstrou que a guerra às drogas, principal fomentador das incursões policiais, possui um caráter racista tendo como alvo camadas populares historicamente marginalizadas, excluindo as elites política e social de suas operações.

Figura 7. Comentários dos usuários nos alertas do aplicativo



Fonte: OTT-RJ, 2020

**Figura 8:** Comentários dos usuários nos alertas do aplicativo OTT-RJ/2

Fonte: OTT-RJ, 2020

“Vamos BOPE<sup>10</sup>. Pra cima dos Vagabundos”  
 “Não interessa saber onde é essa porra de divisa, o queremos é que vagabundos tem ir pro inferno”  
 “Bala na vagabundagem, depois é só esperar a Comlurb<sup>11</sup> passar”  
 “Até agora dois mortos... traficantes vítimas da sociedade”  
 “Morador: se foi traficante vamos todos dar glória a DEUS!”. (Usuários do OTT-RJ, 2020)

Os trechos acima se referem respectivamente à alertas de tiroteios no Complexo de Favelas da Maré, bairro carioca com 16 favelas; a Comunidade do Pombal, no município de São Gonçalo; e Senador Camará, bairro do município do Rio de Janeiro, composto por 6 favelas. Os trechos se destacam por acionarem discursos referentes à lógica de guerra, marcada pela banalização da morte, forte anseio punitivista e uso de categorias de identificação como “vagabundagem”, “vagabundo” “traficantes”.

As práticas de identificação são produto das relações de poder colocando em contato os indivíduos que têm os meios de definir a identidade dos outros e aqueles que são objeto de seus empreendimentos e se

articulam estreitamente ao controle social e à estigmatização desses grupos. Segundo Leite (2000), as categorias de nominação são aproximadas da noção de dispositivos de Foucault (1979), onde a rede que se estabelece entre “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. Dessa perspectiva, pensar “as construções e as representações de alteridade a partir desses espaços” permite-nos entender a produção da cidade e de seus lugares a partir de agenciamentos diversos (BIRMAN; SOUTY, 2011).

Tais modalidades de identificação desses territórios e de sua população orientaram e legitimaram um tratamento estatal específico para as favelas e seus moradores. Não que o Estado esteja ausente das favelas, mas sua presença caracteriza-se pela prestação de serviços de baixa qualidade, clientelismo e ineficiência das instituições estatais, brutalidade policial e desrespeito aos direitos civis de seus habitantes que não têm reconhecido e garantido seu estatuto de cidadania (LEITE, 2012). Neste sentido, as modalidades de identificação presentes nas interações promovidas pelo aplicativo terminam por reforçar os dispositivos segregatórios que produzem e reproduzem as favelas como marginais da cidade e espaços de violência.

Identifico aqui uma conjuntura que dialoga com o conceito de necropolítica proposto por Mbembe (2020) que se debruça sobre as políticas da exposição à morte e a própria morte como uma macroestrutura operante em países colonizados, e seu funcionamento através da soberania que gerencia a morte de determinados grupos, no caso carioca, identificadas como “classes perigosas”, “favelados”, “bandidos”. Nesta perspectiva o OTT-RJ se torna um espaço de

<sup>10</sup> A sigla se refere ao Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>11</sup> A sigla se refere à *Companhia Municipal de Limpeza Urbana*, é uma empresa de economia mista da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Conservação e Serviços Públicos.



reverberação de códigos que legitimam tal estrutura.

### 3. CONSIDERAÇÕES

“Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião do Grupo OTT Brasil.” (OTT-RJ, 2020)

A *web* 3.0<sup>12</sup> indica um alto nível de compartilhamento de dados e interatividade entre os usuários em mídias e redes sociais, aplicativos, games, buscadores, dentre outros. Tais práticas precedem de um compartilhamento voluntário, onde o usuário alimenta as ferramentas ao mesmo tempo em que consome as informações nelas dispostas. Esse movimento permitiu o refinamento daquilo que Foucault definiu como vigilância uma vez que há ampliação das capacidades de coleta, registro e processamento de informações sobre indivíduos, tornando ainda mais complexos os mecanismos de controle e poder na sociedade.

Este trabalho, parte de pesquisa em andamento, demonstrou que a partir da participação, atenção e percepção dos usuários, o OTT-RJ mobiliza o exercício colaborativo da vigilância acerca da violência praticada contra a vida e a propriedade privada. O aplicativo de mobilidade urbana aciona códigos que operam dentro da metáfora da guerra que estigmatiza a população negra, pobre e periférica. O serviço se apresenta como uma solução civil de prevenção à criminalidade e produtor de

segurança através de uma representação autêntica da cidade do Rio de Janeiro. Esta suposta autenticidade afirma que “Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião do Grupo OTT Brasil.”, pretendendo ser uma ferramenta “neutra”, “apolítica”, enquanto as interações nos espaços por ele produzidos acabam por reiterar códigos de morte.

O mapa gerado pelo aplicativo permite que os indivíduos, órgãos governamentais, instituições sociais e ainda o mercado econômico monitorem as áreas por onde pretendem ou não transitar. Este monitoramento modula a cidade, cria fronteiras e zonas onde se é ou não esperado e permitido que ocorra violência, crime e em última instância a violação de direitos de diversas ordens, caracterizando o mapa do OTT-RJ como um aparato político que incide na produção da cidade do Rio de Janeiro. Os resultados preliminares aqui apresentados apontam que dispositivos de vigilância na era da *web* 3.0, aqui o OTT-RJ, apresentam-se de forma intrínseca às atividades cotidianas, promovendo controle, monitoramento e modulação sobre os hábitos e práticas que formam os sujeitos e suas cidades.

<sup>12</sup> Na *web* 3.0 as máquinas se unem aos usuários na produção de conteúdo e na tomada de ações, tornando a infraestrutura da internet, protagonista na geração de

conteúdos e processos. Deste modo os serviços da *web* 3.0, unem-se aos usuários e na produção de conhecimento a partir do compartilhamento de informações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEU, Sérgio. **Democracia e os códigos invisíveis**: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas. SESC, 2019.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser**: vigilância, tecnologia e subjetividade. Ed. Sulina, 2013

BIRMAN, Patrícia; SOUTY, Jérôme. **Des espaces autres? Hétérotopies urbaines contemporaines**, 2011. Mimeografado.

BOITEUX, Luciana; LEMGRUBER, Julita. O fracasso da Guerra às drogas. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 357-362, 2012.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos estudos CEBRAP**, v. 47, p. 155-76, 1997.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. **Anthropology in the Margins of the State**. Nova Delhi: Oxford University Press, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, v. 4, 1979.

LEITE, Márcia Pereira. **Entre o individualismo e a solidariedade**: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. Red Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2000.

LEITE, Márcia. Da ‘metáfora da guerra’ ao projeto de ‘pacificação’: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, 6:374. 2012.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Melusina, 2020.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência urbana: representação de uma ordem social. In **Brasil urbano**: cenários da ordem e da desordem. Rio de Janeiro: Notrya, p. 131-142, 1993.

MISSE, Michel. **Crime urbano, sociabilidade violenta e ordem legítima**: Comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva. Rio de Janeiro, v. 25, 1997.

PINHEIRO, P.S. Violência e cultura. In: B. Lamounier *et al.* (orgs.). **Direito, cidadania e participação**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981.

VALLADARES, L. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: R. Boschi (org.), **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo/Iuperj, 1991.

## **OTT-RJ: a social cartography of urban violence in Rio**

**ABSTRACT:** This paper seeks to analyze the urban mobility application “Onde Tem Tiroteio” - Rio de Janeiro (OTT-RJ). The application presents itself as a "social catalog of violence" that sends alerts about the points where there is urban violence in real time from alerts sent by users in order for the population to avoid such locations. Thus, based on a primarily qualitative analysis, the intention is to look at the application as a control and surveillance device that produces subjectivity about crime and the territory that modulates urban space and affects the production of the city.

**Keywords:** Urban violence. Technology. Vigilance. City.